

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DE SC
AI FGC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Catarinenses se destacam na Marcha de Prefeitos

Na luta pela reforma federativa, mobilização leva mais de três mil lideranças a Brasília

Santa Catarina teve participação expressiva na 10ª Marcha em Defesa dos Municípios, realizada de 10 a 12 de abril, em Brasília, com tema central "Promovendo a Reforma Federativa".

A comitiva foi a mais numerosa entre os estados brasileiros: cerca de 350 representantes entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e assessores municipais, além de secretários

executivos de associações de municípios. Ao todo, três mil pessoas participaram da mobilização.

Conhecida como marcha dos prefeitos, a iniciativa é organizada pela Confederação Nacional

dos Municípios (CNM). Lideranças partidárias na Assembleia Legislativa se solidarizaram à luta dos municípios.

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA

Dagomar Carneiro fala dos planos como terceiro secretário

Página 4

Criado Fórum Estadual Maria da Penha



Solon Soares

Foi instalado, dia 12, o Fórum Estadual Maria da Penha, que tem o objetivo de discutir com a sociedade o combate à violência doméstica. O Seminário Estadual Lei Maria da Penha - "O que temos e o que queremos" abriu oficialmente os trabalhos no Plenarinho Paulo Sutart Wright.

O Fórum tem como base de discussão a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que prevê punições mais severas aos agressores do sexo feminino. Do seminário, participaram lideranças como a professora Zuleika Lenzi e a ex-deputada Luci Choinacki (PT).

Página 3

Programa Antonieta de Barros recebe novos alunos

Página 2

Audiências públicas vão debater Orçamento de 2008

A Comissão de Finanças e Tributação vai promover audiências públicas para discutir com a sociedade catarinense o Orçamento do Estado do ano que vem e também o Plano Plurianual (PPA).

Os partidos terão agora que indicar membros para integrar a Comissão Temporária que vai tratar das duas questões. O prazo regimental para a elaboração de sugestões é 30 de junho.

Página 9

OPINIÃO

Biocombustíveis: energia renovável e saúde

Iniciamos este nosso segundo mandato na Assembléia Legislativa tendo como uma das principais bandeiras de luta o desenvolvimento sustentável do setor energético em Santa Catarina, através de fontes de energia renovável – os biocombustíveis. Juntamente com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil organizada, pautamos o debate sobre a necessidade de o estado contar com uma política voltada para a produção de energias renováveis que represente uma fonte de renda aos pequenos agricultores.

A produção e o consumo de biocombustíveis começaram a ganhar força nos últimos anos, estimulados principalmente pelo governo do presidente Lula, que criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em 2005, colocando o tema na agenda nacional e inter-

nacional do governo. Por isso, já na primeira semana de trabalho, apresentamos quatro Projetos de Lei, os quais contemplam uma política completa para o setor. Um deles (PL 2/07) institui o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis, o qual deverá estabelecer, administrar e articular as políticas e ações de energias renováveis em Santa Catarina. Já o projeto 3/07 cria um Fundo Estadual de Incentivo aos Biocombustíveis (Funbiocombustível), o que garantirá suporte financeiro ao Programa.

A produção, industrialização e comercialização de biocombustíveis para os veículos também fica autorizada no estado de Santa Catarina, através do PL 4/07. O texto estabelece parâmetros para todas as etapas dos processos, normatizando a atividade e sua prática no mercado. Por fim, para estimular a

utilização dos combustíveis renováveis, o projeto 5/07 dá incentivos fiscais a quem utilizar biocombustíveis nos seus veículos, reduzindo alíquotas de IPVA.

Vale ressaltar que nossa preocupação é garantir a inclusão de Santa Catarina neste processo, mas sem perder de vista que a produção de alimento é a principal virtude do Brasil. Neste sentido, os projetos apresentados buscam combater a produção baseada na monocultura. Ao defender uma política que busque desenvolver a produção de energias renováveis aliada à produção de alimentos saudáveis, nosso objetivo é garantir mais uma alternativa de renda ao pequeno agricultor e contribuir para o desenvolvimento social do nosso país.

Deputado Pedro Uczai (PT)

Acerto, em benefício dos catarinenses

Plural e democrática, a Assembléia Legislativa decidiu, semana passada, aprovar a terceira reforma administrativa proposta pelo governo, cujo escopo é o aprofundamento da descentralização e da desconcentração do poder.

Desde o início da atual legislatura, a reforma esteve no centro dos debates e foi alvo das atenções parlamentares. Tramitou em regime de urgência, justificado pela premência na implementação de mudanças e um novo choque de gestão administrativa. Suscitou críticas, mereceu aprofundados estudos em face das inovações propostas, ensejando, ao final, o aperfeiçoamento do projeto original.

Entidades sindicais e classistas, representantes do funcionalismo e da intelectualidade manifestaram-se em audiência pública, na presença maciça dos parlamentares, elevando vozes para apresentar pleitos que foram atentamente registrados e convertidos em emendas incorporadas ao texto.

Na condição de líder do governo e relator designado de matéria tão abrangente, cerquei-me de técnicos, busquei a contribuição dos colegas deputados, intensifiquei o diálogo com o Executivo, e abri agenda para ouvir tantos quantos quisessem manifestar-se.

Dos colegas parlamentares, individualmente, ou por meio das bancadas representadas na Casa, recebi mais de 180 emendas, das quais cerca de 30% acolhidas. E, na condição de relator, formulei outras 42 modificações ao texto. Para torná-lo mais compreensível, decidi apresentar um substitutivo global ao projeto original, que, democraticamente, foi aprovado.

Agora, transposta a fase dos debates legislativos, e uma vez sancionada a lei, o governador Luiz Henrique materializará as mudanças trazidas pelo novo texto legal. E o cerne da reforma é o impulso ao desenvolvimento, com a criação de seis novas secretarias regionais para aproximar ainda mais o processo

de tomada de decisões das comunidades, dando ritmo às ações e valorizando as instâncias locais de debates, por meio dos conselhos de desenvolvimento, que são marcas inovadoras desde a gestão governamental iniciada em 2002.

A nova estrutura de governo é ágil, enxuta e valoriza a máquina pública. O processo democrático deu força a instituições como a Casan, fortalecida com novas áreas de atuação a prospectar, ou como a Biblioteca Pública, valorizada com a mobilização de intelectuais e bibliotecários, ganhando, inclusive, a função 'administrador' que perdura há alguns anos.

Do detalhe ao olhar mais abrangente, a reforma propõe-se a azeitar a máquina pública, em benefício da sociedade catarinense. E é visando ao acerto que o parlamento respaldou o projeto oriundo do governo.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB)



Eduardo Guedes de Oliveira

PAB beneficia estudantes com renda familiar de até 2,5 salários mínimos

Programa Antonieta de Barros tem nova turma

Em solenidade realizada dia 10, o Programa Antonieta de Barros (PAB) deu boas-vindas aos novos estagiários da 5ª turma de participantes do projeto, parte do calendário de atividades da Assembléia Legislativa. Representando o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (Democratas), a deputada Ana Paula de Lima (PT) abriu a cerimônia atribuindo grande valor ao programa. "Participar do Projeto Antonieta de Barros é uma garantia de inclusão social", afirmou.

O PAB foi criado em julho de 2004, através da Lei Estadual nº 13.075. Atende jovens comprovadamente matriculados no ensino médio ou superior, com idade entre 16 e 24 anos e com renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos.

O encontro contou também com a presença do presidente da

Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), que fez questão de ressaltar a importância do programa para a sociedade. Afirmou que, como parceira do projeto, a Escola do Legislativo apóia a iniciativa e busca, através de um trabalho paralelo, aprimorar essa oportunidade dada aos jovens. "A Escola vai mostrar aos novos estagiários como funciona o Parlamento catarinense", frisou.

Diante do reconhecimento e sucesso apresentado pelo projeto, a coordenadora Marilú Lima de Oliveira destacou que está no Legislativo há 25 anos e sempre se dedicou às causas relacionadas às questões sociais. "Esse é um momento de conquista, uma vez que vemos o projeto crescer e apresentar resultados positivos nas vidas dos jovens participantes", revelou.

[AGENDA]

- **18 de abril, 20 horas:** Sessão solene comemorativa do sesqui-centenário da obra de Allan Kardec "O livro dos espíritos"
Local: Plenário
- **20 de abril, 19 horas:** Debate e lançamento do livro "Futebol exportação", de Claudia Jacobs e Fernando Duarte
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andrea Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortega Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

Maria da Penha ganha Fórum Estadual

Seminário trata da violência doméstica em Santa Catarina e dá largada à discussão da lei com a sociedade

O Seminário Estadual Lei Maria da Penha – “O que temos e o que queremos” abriu, dia 12, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, as atividades do Fórum Estadual Maria da Penha, com objetivo de debater a violência doméstica em Santa Catarina.

O Fórum tem foco na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, que amplia as punições aos agressores, a ser discutida com toda a sociedade civil. O grupo também vai cobrar das autoridades o efetivo cumprimento da lei.

Entre as presentes ao seminário, a professora Zuleika Lenzi, representando o Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, ressaltou que a violência no Estado é bastante elevada, destacando alguns pontos importantes a serem atacados. Entre eles, a falta de políticas públicas no

atendimento à mulher vítima da violência, o pequeno número de delegacias de proteção à mulher - atualmente são apenas 11 - e a falta de conhecimento do conteúdo da lei e o que ele assegura às mulheres. “Vejo com muita preocupação o quase desconhecimento da Lei Maria da Penha”, frisou.

“A lei é um instrumento para a discussão sobre o assunto e não uma conclusão do processo de violência. Precisamos construir o respeito dentro de casa, independentemente do estado civil, mas muitas vezes as mulheres têm medo de dizer não à violência como forma de submissão. Até que o ser humano exista, vamos discutir relacionamentos”, emendou a ex-deputada federal também presente ao seminário, Luci Choinacki (PT).

Mudança

Além de Zuleika e de Luci, integraram a mesa do os juízes de Direito Wilson Fontana, representando a Comissão Provisória Maria da Penha, e Samir Oseas, representando a Corregedoria Geral de Justiça, a vereadora Angela Albino (PC do B) e Elizabete Baesso, representando a deputada Ada de Luca (PMDB).

O deputado Jailson Lima (PT) também marcou presença. “Em nome do Parlamento catarinense reitero minha satisfação pelo surgimento da lei, no que representa uma mudança no contexto social brasileiro”, disse.



Zuleika Lenzi: índices elevados

Juíza fala do cotidiano vivenciado nos fóruns

A juíza Cinthia Bittencourt falou da aplicação da lei no cotidiano nos fóruns. “O juiz que trabalha com a violência doméstica tem que ter outros olhos e não apenas efetivar a aplicação da lei, é preciso agregar relações humanísticas”, observou a magistrada.

Cinthia também abordou a submissão de muitas mulheres em relação ao companheiro, do álcool e das drogas usadas pelos agressores, fatores que determinam aproximadamente 90% dos casos de violência doméstica. “A nossa preocupação é ainda maior quando as crianças e adolescentes entendem que essa agressividade em casa é ex-

tremamente normal, levando a violência para sua vida futura”.

Na ocasião, a juíza relacionou os três estágios da violência: no primeiro acontecem as agressões morais; no segundo as físicas e, no terceiro, o que é chamado de “lua-de-mel”, na qual as partes tentam resolver seus problemas na possibilidade de que não mais aconteçam as agressões, mas nesse momento o primeiro estágio volta a acontecer. “Temos que trabalhar com a prevenção do agressor e da possível vítima, pois os índices de violência doméstica são alarmantes e muitas mulheres agredidas não denunciam seus agressores por vergonha”.



Fotos: Solon Soares

Público feminino comparece em peso ao Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright para acompanhar debate

Professora faz balanço dos avanços

A mestre e professora de Direito, Samantha Buglione, fez um balanço no seminário dos avanços políticos e jurídicos da Lei Maria da Penha. Para ela, a dinâmica da violência é igual em todo o mundo e que o caso de Maria da Penha não é incomum. Em 1998, o caso foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, quando foram esgotados todos os

procedimentos internos no Brasil. Com isso, o país foi responsabilizado por omissão, negligência e tolerância à violência.

Segundo a palestrante, a lei traz recomendações específicas, como responsabilizar o agressor, investigar irregularidades e atrasos no processo judicial, e a reparação simbólica e material da vítima. Medidas de assistência e desafios de

implementação da lei também foram relacionadas pela professora. “Muitas mulheres querem apenas redefinir a relação e não concretizar uma separação, e o Estado tem o dever de acolher essa mulher. Temos que saber lidar com as diversidades familiares existentes, pois não estamos falando de coisa de mulher, mas de um problema da humanidade”, ressaltou.

Fórum da BR-282 terá audiência pública no Oeste

Os deputados que compõem o Fórum Permanente da BR-282 irão visitar, dia 23, as obras da rodovia para conhecer o que está sendo feito e avaliar o andamento do projeto de recuperação da rodovia. A peregrinação será preparatória para a audiência pública que ocorrerá em São Miguel do Oeste, marcada para o dia 18 de maio.

As atividades foram definidas dia 11 durante o segundo encontro do grupo, e terão a presença do presidente do fórum, deputado Romildo Titon (PMDB), do relator, deputado Reno Caramori (PP), e dos demais membros, deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Sargento Amauri Soares (PDT).

Também deverão participar

deputados federais, técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e autoridades da região, além de representantes do Rio Grande do Sul e da Argentina. É que a rodovia vai facilitar o acesso àquele estado, pela fronteira Oeste, e ainda fazer a interligação com a superestrada argentina construída na região de Misiones, junto ao município catarinense de Dionísio Cerqueira.

Titon explicou que a obra tem a previsão de R\$ 43 milhões no Orçamento Geral da União para 2007. “Nós precisamos conhecer o andamento da obra, percorrer o trecho e ver a situação em que está.” Reno Caramori apontou como prin-

cipal vantagem do projeto a sua adequação ao tráfego que passa por ali. “Uma rodovia tem que ser condizente com o seu tráfego e por ali passam veículos com mais de 25 toneladas”, lembrou.

Nadal, por sua vez, destacou os diversos entraves para que a obra acontecesse, solucionados por pressão da bancada catarinense em Brasília.

“Hoje temos esse trabalho feito com ritmo considerado satisfatório.” Já o Sargento Soares disse que para a maioria dos catarinenses a BR-282 é a principal estrada de Santa Catarina. “Há muito tempo a rodovia esperava pela recuperação. Vamos ser parceiros e defender a obra”, observou.

INSTITUCIONAL

Entrevista/ Dagomar Carneiro

“Vou zelar pelo bom funcionamento das comissões”

Deputado Dagomar Carneiro fala nesta entrevista exclusiva sobre os planos para seu primeiro mandato, a responsabilidade de já assumir uma posição na Mesa como terceiro secretário e da transformação da sociedade brasileira com a educação em tempo integral defendida por seu partido

Andréa Leonora

AL Notícias – O senhor está em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa e já foi indicado para a Mesa como terceiro secretário. É maior a responsabilidade?

Dagomar Carneiro – Com certeza a responsabilidade aumenta. Por outro lado, iniciar o primeiro mandato fazendo parte da Mesa é um grande orgulho para qualquer parlamentar, servindo de incentivo para que o trabalho seja desempenhado com muito mais dedicação na luta pelas necessidades das regiões que represento, bem como nas funções da própria Mesa.

AL Notícias – Quais os seus planos para a função?

Dagomar Carneiro – Na função de terceiro secretário pretendo seguir a disposição regimental, zelando pelo bom funcionamento das comissões, fator este primordial para a celeridade no andamento das matérias na Casa. Também estou pronto para auxiliar os demais membros da Mesa, inclusive substituindo-os quando necessário.

AL Notícias – E para seu mandato?

Dagomar Carneiro – Como pedetista, vou trazer à discussão na Assembléia Legislativa a implantação do ensino em tempo integral, por entender que somente com educação de qualidade podemos fazer as transformações que a sociedade brasileira necessita. Na área da saúde, da qual faço parte como cirurgião-dentista, buscarei sempre a melhoria do atendimento dos pacientes do SUS, pois a saúde hoje é a maior preocupação de uma família.

AL Notícias – Quais as bandeiras que o senhor pretende defender para sua região? Já iniciou algum trabalho neste sentido?

Dagomar Carneiro – Brusque e região se caracterizam pelo turismo, seja de compras, cultural, religioso ou ecológico. Diante disto, é ne-

cessária a realização de obras de infra-estrutura rodoviária e de comunicação.

Destaco o asfaltamento dos trechos Botuverá a Vidal Ramos e Brusque a Vígolo, Brusque a Camboriú, Brusque a Guabiruba, Guabiruba a Blumenau. Também considero urgente a construção de uma ponte ligando os municípios de Gaspar e Ilhota à BR-470, a duplicação da própria BR-470, a melhoria e ampliação da rede de telefonia celular e a construção de uma Unidade Prisional Avançada (UPA) em Brusque. Alguns destes assuntos já foram objetos

de requerimentos e encaminhamentos.

AL Notícias – A Mesa da qual o senhor faz parte resultou de um esforço para o consenso. Como avalia isso?

Dagomar Carneiro – Considero muito positiva a iniciativa do presidente Julio Garcia na composição da Mesa de forma consensual. Acredito que foram respeitados os espaços de todos os partidos políticos na medida de sua representatividade.

AL Notícias – Os partidos chamados de pequenos, como o PDT, conseguiram uma boa representação na Casa, considerando Mesa e comissões?

Dagomar Carneiro – Sem dúvida, os partidos pequenos conseguiram uma boa representatividade. Em especial o PDT, que elegeu dois deputados e possui um membro na Mesa como terceiro secretário e outro deputado, o Sargento

“Pretendo estar o mais próximo possível das bases populares levando as informações dos trabalhos desenvolvidos na Assembléia e trazendo as reivindicações”



Jonas Lemos Campos

Amauri Soares, participando de várias comissões importantes da Casa.

AL Notícias – O que seu mandato deverá fazer para aproximar ainda mais a Assembléia Legislativa das bases da sociedade?

Dagomar Carneiro – No meu mandato pretendo estar o mais próximo possível das bases populares, principalmente das regiões que represento, levando as informações dos trabalhos desenvolvidos na Assembléia e trazendo as reivindicações. Entendo que este trabalho é fundamental, pois o interesse popular vem aumentando cada vez mais acerca dos assuntos aqui discutidos.

AL Notícias – Qual é a sua posição quanto à relação do Legislativo com o Executivo?

Dagomar Carneiro – A relação dos poderes deve ser harmônica e independente, como princípio básico de um Estado democrático, fator este funda-

“Somente com educação de qualidade podemos fazer as transformações que a sociedade brasileira necessita”

mental para o desempenho das atividades parlamentares. Contudo, defendo que este relacionamento seja também muito próximo, pois mesmo o parlamentar sendo um representante

do povo, não cabe a ele, como atividade precípua, executar as políticas da administração pública. Portanto, para que sejam atendidas as vontades populares, há necessidade que o Legislativo e o Executivo mantenham um bom relacionamento.

Saiba mais

Idade: 49 anos

Natural de: Calmon

Partido: Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Regiões do Estado que representa: Vale do Rio Itajaí-Mirim, Vale do Rio Tijucas e Meio-Oeste

Profissão/formação: Cirurgião-Dentista pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Legislaturas: em 1992, com 474 votos, ficou como segundo suplente na Câmara de Vereadores de Brusque. No período de 1993 a 1996, atuou como secretário municipal de Saúde de Brusque. Em 1997 foi eleito vereador com a segunda maior votação, 1.581 votos, legislatura concluída em 2000. Após esse mandato, assumiu como vice-prefeito de Brusque nos períodos 2001 a 2004 e 2005/2006. Nas eleições de outubro foi eleito deputado estadual com 23.547 votos.

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Servidores lotam as galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar a sessão que aprovou a medida

Plenário autoriza reforma administrativa

Terceira etapa de mudanças incorpora 107 emendas entre as do relator e de parlamentares

A terceira etapa da reforma administrativa encaminhada pelo Executivo foi aprovada, dia 4, em primeiro e segundo turnos. Apesar dos discursos inflamados da oposição e do grande número de servidores públicos ocupando as galerias e o hall da Casa, a base governista não teve maiores problemas para aprovar a reforma. A votação em primeiro turno teve 26 votos a favor da reforma e 14 contrários. Em sessão extraordinária, o segundo turno teve votação de 25 a 9, confirmando a aprovação também em redação final.

O projeto original recebeu 107 emendas. Destas, 62 foram apresentadas por parlamentares, três votadas em destaque e mais 42 do próprio relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB). Os demais parlamentares apresentaram,

no total, 181 emendas à matéria original.

A oposição comemorou, por exemplo, a retirada dos artigos que possibilitariam a alienação do controle acionário da Casan, Ciasc e SC Gás. Também a manutenção da Biblioteca Pública como patrimônio do Estado foi aplaudida pelos deputados e servidores presentes.

Blasi foi designado para analisar passo a passo os artigos mais polêmicos. Enfatizou que as emendas foram acatadas independentemente da origem partidária.

“O Legislativo cumpriu seu direito-dever de aperfeiçoar as proposições que aqui tramitam. Para a aprovação das emendas, consideramos apenas a pertinência temática de cada uma delas em relação ao objetivo primeiro da proposta”, comentou.

Oposição vai à Justiça

O deputado Joares Ponticelli (PP) não poupou ataques aos motivos que levaram o governo a encaminhar uma nova reforma administrativa ao Legislativo. Ineficiência e falência financeira foram as justificativas de Ponticelli. “Fosse a descentralização eficaz não estaríamos discutindo a estrutura administrativa e votando uma reforma pela terceira vez.” A bancada do Partido Progressista estuda agora uma maneira de questionar a matéria judicialmente.

O deputado petista Pedro Uczai também fez críticas ao projeto e à forma como foi conduzido. “Falar em descentralização não é falar em democracia. A reforma não democratiza o orçamento e as políticas públicas do Estado e, muito menos, o poder absoluto do governador.”

Jornada em defesa da mulher

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), vai realizar a Jornada Catarinense de Prevenção à Violência contra a Mulher. Os encontros estão previstos para Tubarão, Criciúma, Mafra, Joinville, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Rio do Sul, Blumenau e Florianópolis.

A finalidade da jornada é reunir entidades que desenvolvam programas voltados às mulheres para a construção de políticas públicas para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar no Estado. “Até o dia 25 de novembro – Dia

da Erradicação da Violência contra a Mulher – levaremos esse tema a todo o Estado, colhendo a realidade de cada região. Depois tomaremos providências cabíveis nas áreas específicas”, afirmou Ada.

Em atendimento à solicitação da deputada Odete de Jesus (PRB), será realizada na Assembléia uma audiência pública, com a presença de representante da Promotoria de Justiça, para discutir a violência e a exploração sexual infantil. O encontro está previsto para o dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate à Violência.

Para o dia 25 de abril e por solicitação do deputado Pedro Uczai

(PT), uma audiência pública no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright vai debater a maioria penal, e no dia 9 de maio, no mesmo local, outra audiência pública, com requerimento do deputado Antônio Aguiar (PMDB), terá como tema de discussão a violência contra crianças e adolescentes nas instituições de ensino de Santa Catarina. O deputado Elizeu Mattos (PMDB) sugeriu que seja também incluída na discussão a violência de adolescentes contra professores e o deputado Serafim Venzon (PSDB) propôs trazer para o debate os 36 gerentes regionais de Educação do Estado.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

A Coordenadoria de Expediente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina tem por função primeira receber e dar encaminhamento a todas as proposições que tramitam na Casa. Baseada no despacho do primeiro Secretário e seguindo o trâmite regimental, a Coordenadoria autua, cadastra, disponibiliza na internet o texto original dos projetos, envia à Coordenadoria de Publicação para ser publicado no Diário da Assembléia Legislativa, à Coordenadoria de Divulgação e de Serviços Gráficos para distribuição em avulso. Também são enviados à Coordenadoria das Comissões os Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Projetos de Decretos Legislativos, Projetos de Resolução, Propostas de Emenda à Constituição do Estado, bem como Ofícios e Requerimentos que são submetidos à análise das Comissões.

Estas proposições recebem os pareceres nas Comissões, em seguida retornam à Coordenadoria de Expediente. Quando aprovadas são disponibilizadas para a Ordem do Dia em Plenário para votação.

Na Coordenadoria elabora-se:

- **A pauta** – relação das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia da Sessão Plenária;
- **O comunicado** – relação das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia da Sessão subsequente;
- **A Ordem do Dia** – relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Plenária propriamente dita.

Após aprovação da matéria, é feita a redação final e encaminhada ao Governador do Estado. Este controla sua sanção ou veto e a publicação no Diário Oficial do Estado. As proposições rejeitadas nas Comissões retornam para serem comunicadas ao Plenário e, se não houver recurso, serão arquivadas.

A Coordenadoria de Expediente recebe, protocola e organiza a Pauta de Requerimentos, Moções, Indicações e Pedidos de Informações a serem deliberados em Plenário e os envia aos órgãos competentes por fax, ofícios e telegramas. Aguarda as respostas dos mesmos que serão encaminhados aos deputados autores das proposições.

Também cabe a esta coordenadoria providenciar os Atos da Mesa, os Atos da Presidência, os Decretos Legislativos, as Emendas à Constituição do Estado e as Leis, todos promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa. A atualização do Regimento Interno e da Constituição do Estado também são atribuições delegadas a este setor do Parlamento.

Sob coordenação de Maria da Graça Marques há 16 anos, a Coordenadoria de Expediente ainda assessora a Diretoria Legislativa, a Coordenadoria do Plenário e o Gabinete da Presidência em suas necessidades de informação e também em seus cronogramas de votação. Para tanto, conta com uma equipe de 17 funcionários e presta informações para instituições e público em geral.

Para a coordenadora Maria da Graça, “a Coordenadoria de Expediente trabalha em total sintonia com o Parlamento e seus parlamentares, construindo uma via de acesso de informações que agiliza o trâmite no Legislativo de informações, proposições, matérias, projetos entre outros”.

Fonte: Coordenadoria de Expediente

ESPECIAL

Catarinenses marcham pela reforma federativa

Comitiva integrada por prefeitos e deputados é uma das mais representativas na luta organizada pela Confederação Nacional de Municípios; Assembléia Legislativa adere ao movimento

Andréa Leonora

Com a mais numerosa comitiva entre os estados brasileiros, Santa Catarina teve participação expressiva na 10ª Marcha em Defesa dos Municípios, cujo tema foi "Promovendo a Reforma Federativa". Realizado entre os dias 10 e 12, no auditório do Blue Tree Park Hotel, em Brasília, o evento reuniu mais de 3 mil participantes, entre os quais cerca de 350 representantes catarinenses como prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e assessores municipais, além de secretários executivos de associações de municípios. Conhecida como marcha dos prefeitos, a mobilização é organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A Assembléia Legislativa foi

representada oficialmente pelo deputado Décio Góes (PT), para quem é "fundamental o Parlamento estar acompanhando, observando e sendo parceiro do Movimento Municipalista". Para o deputado, os resultados têm mostrado que o movimento já teve muitos avanços. "Por isso é importante a continuidade de ações como a Marcha dos Prefeitos. É a garantia de que as conquistas continuarão acontecendo."

O deputado Dirceu Dresch (PT) participou do primeiro dia de atividades. Ele considera importante ter pleno conhecimento sobre os assuntos dos municípios. "Temos que trazer esse debate para a Assembléia, deixando claro que, assim como o governo federal está revendo e ajustando suas posições,

o mesmo pode e deve ser feito pelo governo estadual."

Aumento do FPM

No primeiro dia do encontro dos prefeitos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de aumentar em 1% o repasse para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso representará um acréscimo de R\$ 35 milhões no FPM das cidades catarinenses, recursos que poderão ser usados no custeio e em investimentos.

Outro anúncio feito pelo presidente e bastante comemorado por prefeitos foi quanto à redução da contrapartida das prefeituras nos convênios de projetos de habitação e saneamento básico previstos no Programa de Aceleração do Cres-

cimento (PAC). A intenção é que a contrapartida dos municípios, que antes chegava a 20%, passe a apenas 0,1%. O anúncio foi comemorado pelo deputado Pedro Uczai (PT), que também participou da Marcha. "O governo federal está assumindo o seu papel e, com isso, vai gerar um grande desenvolvimento nas cidades brasileiras, não só econômico, mas principalmente social", avalia.

O presidente Lula falou aos presentes sobre a contratação de mais 15 mil agentes comunitários e de 2 mil equipes do programa Saúde da Família, a instalação de assessorias especializadas para atender os prefeitos nos ministérios e a assistência técnica que a Caixa Econômica Federal vai disponibilizar para os municípios brasileiros.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 10ª Marcha em Defesa dos Municípios, que levou a Brasília cerca de 3 mil administradores municipais

O que pensam os líderes

"A Marcha dos Prefeitos a Brasília é uma iniciativa válida para chamar a atenção do País para a real situação dos municípios. Defendemos um novo pacto federativo, com valorização dos nossos municípios. A acolhida e a resposta do Presidente Lula foram a grande diferença neste governo e prova que toda luta tem seu resultado."

Deputado Kennedy Nunes, líder da bancada do PP



"A Marcha dos Prefeitos se consolidou pelos resultados alcançados. Há 19 anos obtivemos também o acréscimo de 1% no FPM. Mas, de lá pra cá, as obrigações dos municípios aumentaram muito, sem que houvesse o devido ajuste no volume de repasses. Por conta disso os municípios entraram em colapso."

Deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB



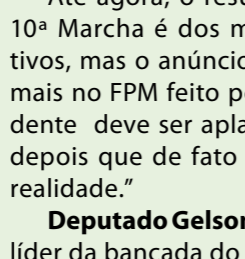
"O governo federal demonstrou que dialoga com todos os setores da sociedade, em especial com aqueles envolvidos diretamente na vida da população. O governo anterior chamou o Exército para agredir os prefeitos; Lula abriu as portas e negociou. Há pontos em que é preciso avançar, mas as reivindicações estão sendo atendidas."

Deputado Padre Pedro Baldissera, líder da bancada do PT



"Todo movimento que vise ampliar a participação dos municípios no bolo tributário é necessário. Até agora, o resultado da 10ª Marcha é dos mais positivos, mas o anúncio de 1% a mais no FPM feito pelo presidente deve ser aplaudido só depois que de fato se tornar realidade."

Deputado Gelson Merisio, líder da bancada do DEM



"Como ex-prefeito da capital, sei que este tipo de atividade é importante para termos uma solução efetiva sobre o novo pacto federativo, o que passa pela descentralização da arrecadação. Apenas 13% do que se arrecada fica com os municípios, índice insuficiente para as responsabilidades da administração municipal."

Deputado Sérgio Grand, líder da bancada do PPS



"A bancada do PSDB apóia este movimento que conta com muitos representantes tucanos entre os prefeitos reunidos em Brasília. Entre as reivindicações destaco a aprovação do acréscimo de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) já que temos hoje o menor repasse ao FPM desde a Constituição de 1988."

Deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB



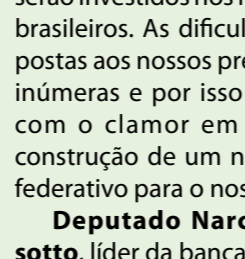
"A luta não se resume na transferência de verbas. É fundamental a revisão das relações entre os três níveis de poder para a constituição de um novo pacto federativo. Isso implica na repartição justa do bolo tributário, com a maior cota cabendo aos municípios que, de fato, são os que executam as políticas públicas."

Deputado Sargento Amauri Soares, líder da bancada do PDT



"A Marcha dos Prefeitos é um espaço importante para a reivindicação junto ao Governo Federal de recursos que serão investidos nos municípios brasileiros. As dificuldades impostas aos nossos prefeitos são inúmeras e por isso concordo com o clamor em torno da construção de um novo pacto federativo para o nosso país."

Deputado Narcizo Parisotto, líder da bancada do PTB



"Acredito que os prefeitos devem lutar por melhores condições de administrarem os municípios. Isso significa dar garantias de uma vida melhor para o cidadão, que depende das prefeituras para ter acesso a serviços fundamentais como educação e saúde. Prefeitos de fato comprometidos com suas cidades devem estar engajados neste movimento."

Deputada Odete de Jesus, líder da bancada do PRB



Deputados apóiam redistribuição de tributos

Um novo Pacto Federativo, no qual haja uma distribuição mais justa de recursos para os municípios, foi o foco da X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, elogiou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), que manifestou apoio aos mais de três mil prefeitos que fazem parte do movimento. Segundo o parlamentar, a mobilização foi de extrema importância. "O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, afirmou que a reforma federativa é a mãe de todas as reformas e que precisa ser resolvida o mais rápido possível. Eu concordo plenamente. Precisamos redistribuir com mais clareza os nossos recursos."

A reforma federativa que foi mencionada pelo parlamentar quer redistribuir a porcentagem retirada pela União, que atualmente é de 65% dos valores arrecadados pelos cofres do governo, 22% para o Estado e apenas 13% com os municípios. "É uma pirâmide inversa e precisamos mudar isso para que a distribuição seja mais justa e que os municípios possam oferecer

melhor qualidade de vida a sua população", disse.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) concordou com Nadal salientando que problemas como educação e saúde seriam melhores resolvidos com a aprovação do Pacto Federativo. "Um médico do SUS recebe R\$ 7 por consulta. Um professor se mata para oferecer melhor educação para nossos jovens. Precisamos construir um país mais justo e o pacto federativo seria uma solução eminente".

O deputado Onofre Agostini (Democratas) elogiou decisão de Lula de desobrigar os municípios em dar a contrapartida de 25% nas obras federais.

Segundo ele, o presidente deu "testemunho público de sua posição na frente dos presidentes do Senado e da Câmara, já que a matéria precisa ser aprovada pelas duas casas".

A deputada Ana Paula Lima (PT) também elogiou a recepção dada por Lula aos prefeitos. "Antigamente, os prefeitos chegavam lá e eram tratados de forma desumana. Hoje a eles são muito bem recebidos pelo presidente Lula", avaliou.

CMN faz balanço dos avanços em nove anos

Em seu discurso na cerimônia de abertura da X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, no dia 10, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, falou sobre os avanços conquistados pelos nove marchas anteriores e os principais problemas que enfrentam os municípios. "Em 1998, com o Fundo de Equilíbrio Financeiro, perdíamos 10% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); hoje, ganhamos R\$ 1,9 bilhão a mais", disse Ziulkoski. Ele citou ainda

conquistas na área de iluminação pública e salário educação. Também destacou o bom resultado da arrecadação de Imposto Sobre Serviço (ISS), que em 2000 correspondia a 10% das receitas próprias e em 2006 chegou a 65%.

Ziulkoski lamentou, no entanto, questões que não avançaram. "Nenhum município conseguiu implementar ainda a cobrança do ITR", salientou. "Será que as prefeituras estão conseguindo governar com tranquilidade?", questionou.

O presidente da CNM lembrou que a cobrança da sociedade é sobre os prefeitos. "O promotor, o Tribunal de Contas, a mídia, o cidadão estão em cima do prefeito porque é na cidade que as pessoas vivem", disse.

Ele pediu ainda que além da Reforma Tributária seja realizada a Reforma Federativa. "O orçamento da União não se comunica com os orçamentos dos municípios, e o custo administrativo dos municípios é pesado". (Assessoria da CNM)



Ziulkoski: R\$ 1,9 bilhão a mais de FPM

Estudo

Carga tributária consome 39,69% do PIB

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou recentemente um quadro com a evolução da carga tributária brasileira. Segundo o estudo, em 2006 foi batido um novo recorde, com os tributos ficando em 39,69% do Produto Interno Bruto (PIB). De 2000 a 2006, o peso dos impostos federais, estaduais e municipais aumentou cerca de 7%.

Em 2000, a soma desses tributos era de 32,75% (22,09% federal; 9,03%, estaduais, e 1,63%, municipais). Em 2006, a carga tributária estava distribuída da seguinte forma: União, 27,15%; estaduais, 10,49%, e municipais, 2,05%, somando 39,69%.

"O crescimento recente da carga tributária não está relacionado ao aumento de alíquotas, mas à maior eficiência das máquinas de arrecadação

em desenvolver mecanismos que limitam o espaço de negociação", diz o estudo.

Ainda de acordo com o levantamento, os municípios obtiveram "significativos" ganhos de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) nos últimos anos em decorrência das mudanças legais que permitiram às prefeituras tributar os serviços nos locais que eles são realizados. A evolução da receita própria dos municípios de 2000 a 2006 aumentou em 44,1%, enquanto que as transferências da União tiveram um aumento menor, chegando a 37,9%.

Mesmo com o aumento de arrecadação, os municípios estão em situação "insuportável" diante de tantos serviços que têm que prestar ao cidadão e sem recursos, segundo a CNM.

INSTITUCIONAL

Assembléia lança programa O Brasil em Debate

Parlamento catarinense inicia uma série de encontros abertos sobre os principais temas em discussão no estado e no país

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina inicia em abril o programa O Brasil em Debate, que promoverá encontros mensais com expoentes do pensamento nacional para discutir com a população os principais assuntos que preocupam o

estado e o país. 'Violência e Mídia no Brasil', com o premiado jornalista Caco Barcellos, é o tema da primeira palestra, que será realizada no próximo dia 23, a partir das 19h, no auditório Antonieta de Barros.

"O objetivo do Brasil em Debate é possi-

bilitar aos participantes o aprofundamento de temas significativos da atualidade através das experiências, das teorias e propostas compartilhadas com especialistas e personalidades", destaca o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (Demo-

cratas). Todos os encontros serão gratuitos e as vagas são limitadas. Os participantes devem se inscrever previamente pela internet, no endereço www.alesc.sc.gov.br e os encontros serão transmitidos ao vivo pela TVAL e pela Rádio ALESC Digital.

Violência e Mídia no Brasil

O premiado jornalista e escritor Cláudio Barcelos de Barcelos, conhecido como Caco Barcellos, é o primeiro convidado do programa para falar sobre o tema 'Violência e Mídia no Brasil'. Caco Barcelos obteve destaque com jornalismo investigativo, em documentários e grandes reportagens sobre injustiça social e violência. Antes de ingressar na Rede Globo, onde trabalha atualmente, foi repórter de revistas de informação semanal como IstoÉ e Veja.

Ainda quando trabalhava no jornalismo impresso, no fim dos anos 1970, foi correspondente internacional em Nova Iorque. Também atuou como correspondente, de 2001 a 2004, em Londres e em Paris, para a TV Globo, período em que recebeu por duas vezes o Prêmio de Melhor Correspondente, promovido pelo site Comunique-se.

Durante seis anos apresentou um programa semanal na Globo News. E, em 2006, criou a série dominical Profissão Repórter, onde coordena um grupo de jornalistas em início de carreira.

É o autor do livro Rota 66, obra ganhadora de oito prêmios de direitos humanos e o Prêmio Jabuti de literatura. O livro lhe custou oito anos de pesquisa e várias ameaças contra sua vida. A investigação, desenvolvida com rigor técnico, levou à identificação de 4.200 vítimas, todos jovens e pobres, mortos pela Polícia Militar de São Paulo. Depois do lançamento do livro, Caco passou um período fora do Brasil devido às ameaças.

Escreveu também a obra Abusado, um relato do tráfico nos morros cariocas, de como "nascem" os traficantes e do relacionamento entre eles e a comunidade. A reportagem escrita em forma de romance esteve mais de um ano na lista dos mais vendidos do Brasil. Com Abusado, Caco Barcellos foi novamente vencedor do Grande Prêmio Jabuti.

Caco ainda é o autor do livro Nicarágua: a revolução dos meninos, sua primeira obra editorial, sobre o movimento sandinista que tirou o país das garras da ditadura de Anastasio Somoza. Ele cobriu a guerra como freelancer e foi refém dos sandinistas. O jornalista também foi vencedor de mais de 20 prêmios por reportagens especiais e documentários produzidos pela televisão, entre os quais o Prêmio Vladimir Herzog, concedido por uma reportagem sobre os 20 anos do atentado no Riocentro, durante o governo militar.

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

VOCÊ QUE ESTÁ PRONTO PARA CONVENCER OU SER CONVENCIDO, VENHA CONSOLIDAR SUAS CERTEZAS OU MUDAR DE OPINIÃO.

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Uma série de eventos que vai dar o que pensar

A Assembléia Legislativa está lançando o programa O Brasil em Debate, uma série de encontros abertos ao público com expoentes do pensamento nacional no novo auditório Antonieta de Barros. O primeiro evento já está marcado para o dia 23 de abril, com o jornalista Caco Barcellos. Com O Brasil em Debate, mais uma vez a Assembléia Legislativa abre as suas portas para quem quer pensar um Brasil melhor.

COMISSÕES

Jonas Lemos Campos



Membros deverão indicar nomes para integrar Comissão Temporária

Audiências públicas vão tratar do Orçamento

Finanças começa a definir cronograma de trabalhos também para o Plano Plurianual (PPA)

Audiências públicas vão debater o Orçamento do Estado para 2008 e o Plano Plurianual (PPA). O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Melo (PSDB), na reunião do dia 11, encaminhou pedido por escrito a todos os partidos para que indiquem seus membros na composição da Comissão Temporária que tratará das duas matérias.

O prazo regimental para a elaboração de sugestões sobre o assunto em audiências é 30 de ju-

nho. "Vou fazer um trabalho diferenciado dos anos anteriores. Vamos ouvir as lideranças regionais e trabalhar junto com o Conselho Regional de Desenvolvimento, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria da Fazenda, com a Assembléia intermediando esse processo", frisou Jorginho.

Segundo o tucano, preferencialmente, a comissão deverá ser composta pelos membros da Comissão de Finanças, condutora dos trabalhos, mas não há impedimento para que outros

parlamentares participem.

Aprovação

De autoria governamental, o Projeto de Lei nº 305/06, que autoriza crédito suplementar ao Corpo de Bombeiros Militar, de cerca de R\$ 1 milhão, foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Finanças. Segundo o relator, deputado Renato Hinnig (PMDB), o crédito especial é necessário para atender despesas com auxílio-alimentação, indenizações e restituições.

CCJ regulamenta leque de produtos para venda em farmácia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o Projeto de Lei nº 62/07, dia 10, de autoria do deputado Gelson Merísio (Democratas), que regulamenta a comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico pelas farmácias e drogarias. Na prática, segundo o parlamentar, muitos desses estabelecimentos já fazem a venda,

apesar de não terem a regulamentação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). "O projeto busca um modelo de farmácia que possa suprir as necessidades da população, independente de vender ou não outros tipos de produtos, além dos farmacêuticos, facilitando a vida das pessoas."

O projeto recebeu emenda

Solon Soares



Deputados regulamentam comercialização de produtos não-farmacêuticos

modificativa do deputado Cesar Souza Júnior (Democratas), sobre alguns produtos para a venda. De acordo com o projeto, podem ser comercializados, entre outros, água mineral, aparelhos de barbear, pinças, cortadores de unhas, e cosméticos, sendo proibida a venda de biscoitos, chocolates, jornais e revistas.

De origem governamental, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 2/07, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 302/05 sobre o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar. A matéria recebeu emenda aditiva da bancada dos Democratas, que permite adequar o PLC ao que diz à Constituição Estadual, que estabelece tratamento isonômico entre as corporações militares estaduais.

A Comissão ainda aprovou, por unanimidade, proposta do deputado Narciso Parisotto (PTB), que dá a Chapecó o título de Capital Catarinense de Eventos de Negócios.

Trabalho avalia ajuda de custo a servidores

Na reunião da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Onofre Agostini (Democratas), as atenções estiveram voltadas para o Projeto de Lei Complementar nº 5/7, de autoria governamental, que no texto original veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por ocasião da participação em cursos de qualquer natureza.

O deputado Sargento Soares, líder do PDT, apresentou emenda aditiva ao PLC, vedando o pagamento de ajuda de custo e diárias durante a participação em cursos e estágios, sendo excluídos da vedação os necessários para galgarem postos ou graduações no plano de carreira dos militares estaduais.

O PLC, já aprovado na CCJ apenas com a redação original, estava com voto vista pelo deputado Joares Ponticelli (PP), que considera a emenda de Soares pertinente, sob justificativa que a alteração apresentada se faz necessária, haja vista que os cursos para promoção dos militares estaduais despendem custos de deslocamento, estadia e alimentação.

"Reafirmo que seu acolhimento é racionalmente necessário", diz Ponticelli. Com opinião contrária, o deputado José Natal Pereira (PSDB) teme onerar os cofres e abrir outros precedentes no Estado.

Educação faz a primeira reunião

A Comissão de Educação realizou, dia 11, a sua primeira reunião. O presidente Darci de Matos (Democratas) abriu o debate dizendo que os parlamentares esperam desenvolver um trabalho produtivo.

Em seguida, apresentou requerimento de audiência pública no dia 28 de maio, em Joinville, para discutir o ensino profissionalizante em Santa Catarina.

A deputada Odete de Jesus (PRB), apesar de não ser da Comissão, falou da situação da Escola de Educação Básica Dom Joaquim, em Braço do Norte. Segundo ela, há deficiência de material pedagógico, gás de cozinha e giz. Também há problemas na estrutura física do prédio.

Inicialmente, a deputada pediu diligência, mas por sugestão do deputado Sérgio Grando (PPS) serão convocados para reunião da comissão, do dia 18, o secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Ademir de Matos, um representante da Secretaria de Estado da Educação e da Associação de Pais e Professores. "Se depois disso o problema não for resolvido, criaremos uma diligência", afirmou Grando.

Instituída Semana de Saúde da Mulher

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça também aprovaram o Projeto de Lei nº 50/07, da deputada Ada De Luca (PMDB), que institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos de Santa Catarina, no mês de maio de cada ano. O evento passa a

fazer parte do calendário das comemorações oficiais do Estado e deve ser realizado na semana que compreende o dia 28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna.

Entre as atividades estão

previstas palestras com profissionais de saúde e distribuição de material informativo. "O projeto contribui para a construção de uma sociedade melhor, igualitária e justa – sociedade essa onde 50,77% da população brasileira (73 milhões de pessoas) são mulheres."

PLENÁRIO

Darci propõe fórum para portadores de deficiência

Para promover a inclusão dos portadores de deficiência, o deputado Darci de Matos (Democratas) apresentou uma proposição para que seja criado, na Assembleia Legislativa, o Fórum de Garantias dos Direitos dos Portadores de Deficiência. De acordo com o autor da proposta, serão realizados eventos em cidades-pólo do Estado para discutir a formação profissional, a inserção no mercado de trabalho, a adequação de acessos e equipamentos públicos e o lazer dos portadores.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu no dia 30 de março deste ano, adotou a Convenção Internacional para os Direitos das Pessoas Portadoras de Defi-



Darci: eventos em diversas cidades

ciência, atitude que influenciou a decisão do parlamentar em criar o fórum. Conforme Darci, 30 países, que participam da organização, ratificaram o tratado. A convenção será um instrumento jurídico vinculante para os governos, que

deverão introduzir mudanças em suas legislações referentes à melhoria e promoção do acesso à educação e ao emprego das pessoas portadoras de deficiência.

Do mesmo modo, lembrou o deputado, deverão tomar medidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência para que possam ter acesso a sistemas de saúde adequados, à informação e à possibilidade de locomoção sem obstáculos físicos.

Também há o objetivo de proteger e garantir o aproveitamento e a igualdade plena dos portadores de deficiência em relação ao restante das pessoas em áreas como a participação na vida pública, no sistema judicial e no bem-estar social.

Titon em defesa das emancipações



Titon: apoio à PEC nº 13/03

O deputado Romildo Titon (PMDB) anunciou na tribuna que vai encaminhar ao Congresso Nacional moção em favor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº

13/03, que visa devolver às Assembleias Legislativas o poder de legislar sobre a anexação de distritos e emancipação de municípios.

O parlamentar ressaltou que a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, determina que é preciso uma lei federal para regularizar as determinações da PEC 13, "porém essa lei ainda não existe".

Na opinião do peemedebista, é preciso que alguma solução seja tomada, pois há muitos casos parados. Diante da situação em que se encontram alguns distritos e municípios, ressaltou que só na Casa existem seis processos de anexação parados. Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) anunciou que é favorável às emancipações.

Venzon solidário aos policiais federais



Venzon: luta desde 2003

Após visita à Delegacia da Polícia Federal, em Florianópolis, e de ter acompanhado a paralisação de servidores do setor administrativo do órgão, o deputado Serafim Venzon (PSDB) mostrou-se solidário às reivindicações da categoria.

De acordo com o parlamentar, desde 2003 os policiais estão pedindo uma readequação de seus vencimentos, além de

uma reestruturação da carreira com mudança da nomenclatura do cargo e, como não foram atendidos até agora, decidiram fazer uma paralisação por 24 horas.

Entre as várias funções desempenhadas pela Polícia Federal, destaca-se o controle na saída de documentos, como a emissão de passaporte, serviço essencial para a população.

Salvaro satisfeito com PF no Sul



Salvaro: portaria ministerial

"Uma luta que saiu vitoriosa", comentou na tribuna o deputado Clésio Salvaro (PSDB), 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, repercutindo o anúncio de instalação de uma Delegacia da Polícia Federal no Sul do Estado. "Foi assinada a portaria pelo Ministério da Justiça criando a DPF e agora estamos em condições legais de implantar", observou.

Segundo Salvaro, a Prefeitura de Criciúma, onde funcionará a nova unidade, deverá ficar encarregada de colocar a infra-estrutura adequada. Mas será necessário ainda um apoio do governo do Estado, informou o parlamentar. Por esta delegacia serão aten-

didados 43 municípios, que até o momento estão incluídos na DPF de Florianópolis, junto com mais 100 cidades e a Capital.

Vieira conclama deputados para fazerem uma legislatura histórica

O líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, conclamou, na sessão do dia 12, seus pares a refletirem sobre o trabalho e as atribuições de um parlamentar. Alçado pelo voto popular, com base em uma plataforma de campanha, recebendo votos de milhares de eleitores, um deputado, lembrou Vieira, recebe nas urnas a confiança desses eleitores. "É justo que agora esperem de nós um comportamento polido, altruísta e sincero, independente de sigla", afirmou Vieira.

O deputado recorreu à frase da deputada Odete de Jesus (PRB) para reforçar o raciocínio: "Para o cidadão catarinense, não importa se somos da situação ou da oposição. O que importa é o que estamos fazendo". Segundo ele, esse sentimento é que move agora o seu trabalho no Legislativo.

O líder do PSDB observou que o espaço da tribuna deve ser tratado como sagrado e por isso está



Natal: papel de destaque

disposto a se superar diariamente. "Este desejo de superação é legítimo e saudável, inerente ao ser político. Que essa gana, essa garra de superar, seja traduzida em grandes idéias, em grandes projetos e em grandes ações positivas para toda a sociedade."

O deputado José Natal Pereira (PSDB), em aparte, reiterou que é exatamente esse papel salientado por Vieira que o PSDB quer exercer



Vieira: tribuna é lugar sagrado

em Santa Catarina. Disse também que nos 34 dias em que está no Legislativo – como suplente que assumiu uma vaga – surpreendeu-se com a atuação dos deputados, que estão engajados nessa forma de atuação salientada por Marcos Vieira.

Odete comentou que o discurso do líder tucano é "maduro, ponderado e consciente", e agradeceu a deferência que teve no discurso.

Parlamentares criticam paralisação do transporte

A paralisação do transporte coletivo da Capital no dia 12, realizada sem aviso prévio, foi criticada pelo deputado Cesar Souza Júnior (Democratas) na sessão plenária do dia 13. O parlamentar entende que o trabalhador tem direito à paralisação, à greve, mas que a falta de aviso prévio não é uma maneira construtiva e madura de buscar o atendimento das reivindicações.

"O que vimos foram cenas terríveis, de crianças sentadas nas calçadas e idosos que perderam consultas médicas", lamentou. O parlamentar dis-

se que o caos no transporte coletivo da Capital reflete um somatório de equívocos: passagem cara, sistema ineficiente e desacerto entre a classe patronal e os trabalhadores.

Em aparte, o deputado Sargento Soares (PDT) afirmou que o deslocamento dentro da Ilha é mais caro de transporte coletivo do que de carro. "Precisamos buscar uma solução emergencial. Prometeram uma solução milagrosa para o problema e até agora, nada. Moramos numa ilha, mas não temos transporte hidroviário", criticou.

PLENÁRIO

Elizeu comemora DNA gratuito

O deputado Elizeu de Mattos (PMDB) comemorou em Plenário, dia 12, convênio entre o Executivo e o Tribunal de Justiça, que vai permitir a realização de exames de DNA gratuitamente para as partes economicamente hipossuficientes. O convênio vai proporcionar mais agilidade e segurança aos envolvidos em ações de reconhecimento de paternidade nos procedimentos judiciais e administrativos.

“Existe um grande índice de ausência das partes na coleta de material em laboratório atualmente, cerca de 30%, porém com o convênio será permitido colher o sangue durante as audiências, acelerando a conclusão dos processos”, informou Elizeu. O primeiro laboratório está localizado no município de Lages, junto à Udesc, e teve um investimento no valor de aproximadamente R\$ 50 mil, entre a obra e equipamentos.



Elizeu: agilidade e segurança

Reno preocupado com Porto de Imbituba

Como presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento da Casa, o deputado Reno Caramori (PP) demonstrou preocupação com a paralisação das obras no Porto de Imbituba. De acordo com Caramori, caso isso se confirme, “irá causar um estrangulamento nos demais portos catarinenses, como o de Itajaí e de São Francisco do Sul”.

Segundo ele, a situação ainda repercutirá diretamente em



Reno: estrangulamento

prejuízo para as agroindústrias e indústrias moveleiras catarinenses que exportam seus produtos através daquele porto.

Além da questão dos portos, Reno destacou na tribuna a preocupação com o setor viário, visto que várias rodovias catarinenses encontram-se com as obras paralisadas. “Isso ocorre devido à falta de contrapartida do governo estadual junto ao federal”, afirmou.

Souza Júnior destaca fábrica de cimento em SC



Souza Jr: conquista histórica

A construção de uma fábrica de cimento da Votorantin em Vidal Ramos, no Alto Vale do Itajaí, foi comemorada pelo deputado Cesar Souza Júnior (Democratas).

Os investimentos, que poderão chegar a mais de R\$ 1 bilhão, vão gerar mais de 500 vagas de trabalho em sua construção e, quando a indústria passar a funcionar plenamente, terá 300

empregados, além da mão-de-obra indireta.

“É uma obra fantástica para o desenvolvimento da região. É uma conquista histórica para o estado de Santa Catarina”, citou o parlamentar, que ainda afirmou que dois acessos ao município serão asfaltados devido à obra: Vidal Ramos a Brusque e Vidal Ramos a Presidente Nereu.

Ponticelli e Mota discutem em Plenário

Uma reportagem de televisão reproduzida em Plenário e que mostrava as condições da Escola Benonívio João Martins, em Palhoça, ilustrou o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli (PP) na sessão do dia 10. O parlamentar afirmou que a Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) de São José, responsável pela região da Grande Florianópolis, deve responder pelo descaso. “Justo a de São José, que foi a secretaria regional que mais ganhou dinheiro do governo do Estado”, declarou.

Ele disse que a empreiteira contratada justificou a paralisação das reformas pela falta de pagamento. A situação, afirmou Ponticelli, se repete em várias ou-

tras unidades escolares sob responsabilidade do Estado, como em Tubarão e em Imbituba.

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, saiu em defesa do governo. Disse que Ponticelli está tentando vender uma figura diferente da realidade e que o PP está malvisto em Brasília.

De acordo com o peemedebista, recentemente, o Diário Catarinense publicou uma matéria informando que o PT havia criticado o PP. Na edição do dia 5 de abril o jornal reproduziu as palavras do deputado federal Paulo Rubens (PT/PE). “O deputado pernambucano afirmou que o PP elegeu uma Executiva podre, ou seja, de corrupção”, comentou Mota.

Segurança em transações imobiliárias

Os parlamentares aprovaram dia 10 o Projeto de Lei Complementar nº 13/07, do deputado Onofre Agostini (Democratas), acrescentando dispositivo à Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, que atualiza emolumentos e custas judiciais.

O novo artigo determina que na lavratura da escritura pública ou compromisso de compra e venda, deverá constar o nome completo do corretor e o respectivo registro junto ao Creci/SC (Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina).

[GABINETES]

INTEGRAÇÃO ENTRE ESTADOS

O líder do PMDB na Assembléia, deputado Manoel Mota, participa, nesta sexta-feira, 13, da inauguração da ponte sobre o Rio Mampituba, que ligará Passo de Torres, em Santa Catarina, a Torres, no Rio Grande do Sul.

O parlamentar, um dos principais defensores da obra, relembra que esta ponte é reivindicada pela comunidade local há mais de 50 anos. Neste período, a construção já foi iniciada e interrompida inúmeras vezes. Ao longo do tempo, as justificativas para as paralisações foram as mais variadas possíveis, passando por entraves burocráticos, ambientais e de natureza política, “sendo que a atuação do atual prefeito de Passo de Torres, Newton Alemão Bittencourt, foi decisiva para os ajustes destas arestas, o que possibilitou a continuidade efetiva da obra”, atesta Mota.

A ponte trará desenvolvimento, emprego e renda à região e foi realizada numa parceria entre proprietários de lotes, a prefeitura de Passo de Torres e o governo de Santa Catarina. A estrutura possui 120 metros de extensão e teve um custo total de R\$ 2,5 milhões. A ponte ainda não tem nome, mas duas sugestões bastante significativas estão sendo estudadas: Ponte da Integração e Ponte da Amizade. (Nikolas Stefanovich)

AUDIÊNCIA COM SECRETÁRIO

Preocupado com as condições de trabalho dos policiais civis e militares e com a segurança do Alto Vale do Itajaí, o deputado Jailson Lima da Silva (PT) esteve reunido na terça-feira (10) com o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet.

Entre os assuntos pertinentes, foi ventilado no encontro a situação dos veículos que atendem as delegacias da região. Exemplos como o do município de Santa Terezinha, onde os policiais andam mais de 40 km em estradas de chão com um corsa que não está em boas condições foram relatados pelo parlamentar. Considerando as distâncias e as estradas de chão que os carros transitam, Jailson pediu que fossem encaminhadas novas viaturas para atender a região do Alto Vale do Itajaí. (Lucilene Juncek)

MONITORAMENTO EM LAGES

Durante encontro que aconteceu na última semana, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) propôs ao prefeito Renato Nunes de Oliveira (PP) parceria na instalação de um sistema de monitoramento eletrônico em Lages. Do líder do executivo lageano recebeu a certeza de que a prefeitura dará total apoio à iniciativa.

Segundo Mattos, a implantação de câmeras de vídeo nas principais vias públicas da cidade, abrangendo a área comercial e os principais acessos, é uma antiga reivindicação da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL) e também da comunidade. Para o parlamentar, assim como o restante do país, Lages sofre com as ações de bandidos que estão cada vez mais ousados e dissimulados. “O sistema de monitoramento eletrônico vai contribuir na redução de crimes e da desordem, aumentando a sensação de segurança junto da população”, concluiu. (Carla Reche)

INSPEÇÃO SANITÁRIA

O deputado Dirceu Dresch (PT), cumprindo agendas de trabalho em Brasília, teve audiência na Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na segunda-feira (9), para discutir a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a regulamentação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa. O novo modelo de inspeção sanitária elimina barreiras municipais para a venda de produtos das agroindústrias familiares, a partir da adoção de um sistema único de inspeção.

Durante a audiência no ministério, o deputado negociou a vinda de técnicos do governo a Santa Catarina para que expliquem o funcionamento do Suasa em audiência pública na comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa. A audiência está prevista para o mês de maio. (Edson Junkes)

CRIANÇAS DESAPARECIDAS

Assembléia Legislativa entra na campanha

Todos os veículos de comunicação do Parlamento vão divulgar casos ocorridos em Santa Catarina e no Brasil

Graziela May Pereira

A Assembléia Legislativa está se inserindo na luta por uma das causas mais angustiantes da atualidade no país: o desaparecimento de crianças e adolescentes. A partir desta edição, o AL Notícias vai trazer fotos e dados sobre crianças desaparecidas em Santa Catarina e no Brasil. O mesmo ocorrerá nos demais veículos de comunicação da Casa - TV AL, Rádio Alesc e site. A sugestão veio do deputado Cesar Souza Júnior (Democratas) e foi imediatamente acatada pela Assembléia.

As entidades que lidam com o tema acreditam que a divulgação massiva das imagens das crianças e adolescentes não só contribuem na sua localização, mas também servem de alerta para que pais e crianças fiquem mais atentos, evitando que novos casos aconteçam. Uma tarefa gigantesca. Afinal, a cada ano são registrados 40 mil novos desaparecimentos nas delegacias do país. Boa parte dos casos tem solução rápida, mas algo entre 10% e 15% permanecem sem respostas durante longos períodos. E muitas vezes sequer são resolvidos.

Em Santa Catarina, o Portal da Esperança SOS Criança, dirigido por Gerson Rumayor, tem como objetivo coibir toda e qualquer

forma de violência contra crianças e, especialmente, prevenir o desaparecimento de meninos e meninas.

Depois de oito anos desenvolvendo um trabalho de conscientização, com visitas a 800 escolas de diferentes municípios e palestras aplicadas a mais de 500 mil estudantes, em 19 de maio de 2005 o Portal da Esperança passou a atuar como uma Organização Não Governamental (ONG). "É bom pensarmos que muitos casos de desaparecimento de crianças foram evitados com o nosso trabalho. A prevenção ainda é o melhor caminho no combate à violência. Mas é preciso fazer muito mais", avisa Rumayor.

Única entidade dedicada ao assunto em Santa Catarina, em 2006 o Portal produziu o seu site para oferecer mais uma ferramenta de ajuda aos pais, aos educadores e, principalmente, às crianças e adolescentes. O site traz fotos de crianças desaparecidas, dicas de prevenção à violência, endereços de sites educativos e inúmeros serviços de fácil acesso.

Rumayor acredita ser de fundamental importância que as fotos de crianças desaparecidas em Santa Catarina sejam divulgadas em outros estados e vice-versa. "Na maioria das vezes, as crianças nunca ficam no mesmo estado. Principal-

mente aquelas vítimas de rapto, principal foco do meu trabalho".

Dia Estadual

No dia 12 de janeiro deste ano foi sancionada a lei que define a data de 18 de março como Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças. A data foi escolhida por ter sido o dia do desaparecimento da menina Elicéia Silveira, em 1995, em Florianópolis. É o caso mais longo de Santa Catarina. Conforme o diretor do Portal da Esperança, esta é uma lei que deve ser divulgada e implementada de fato. "Orientar a criança de forma preventiva, criando um sistema de defesa em torno dela, é primordial", defende.

Em meados de março também foram apresentados outros projetos do Portal da Esperança, como o tablóide informativo e o projeto "Oficinas da Esperança". O primeiro trará cadernos dirigidos aos pais e educadores, contendo dicas de prevenção, orientação pedagógica e temas atuais. "Já o Oficinas da Esperança traduz-se em um grande desafio. Nosso propósito é trabalhar com as crianças e adolescentes, formando uma base de cidadania, oportunizando que diversas camadas sociais interajam e integrem-se em trabalhos sociais com o mesmo fim", adianta Rumayor.

VOCÊ VIU?



Alex da Silva Botzan

Nascido em 15/09/94 - Desaparecido em 24/08/03
Cidade: Colombo - PR



Alexandre Felisberto Almeida

Nascido em 14/01/97 - Desaparecido em 16/11/03
Cidade: Barra do Sul - SC



Caroline Silva Soares

Nascida em 22/11/89 - Desaparecida em 02/06/97
Cidade: Rio das Ostras - RJ



Bruno Tavares

Nascido em 19/01/88 - Desaparecido em 12/01/00
Cidade: S. Paulo - SP

ORIENTAR É PREVENIR

Converse sempre com a criança. Explique que você precisa saber com quem e onde ela vai estar. Peça que deixe endereço, telefone e o nome de uma pessoa responsável. Determine a hora em que ela

deve estar de volta.

Quando a criança estiver brincando na rua, procure ficar atento. Compartilhe essa tarefa com seus vizinhos. Ensine que ela nunca deve se

afastar de casa sem dizer para onde vai e muito menos sem pedir permissão.

A carona ainda é o meio mais comum para o desaparecimento de crianças. Explique